

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 26ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATAS



ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Agostinho Patrus – Charles Santos – Mauro Tramonte.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 20h5min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus, diretor executivo da RecordTV Minas, do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus, pelo governador do Estado, por meio de Decreto Especial nº 436, publicado no *Diário do Executivo* do dia 23/8/2019.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gustavo Fraga Brandão Paulus, diretor executivo da RecordTV Minas; desembargador Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado; deputado federal Gilberto Abramo, representando a Câmara dos Deputados; vereador Jorge Santos, representando a presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereadora Nely Aquino; Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa no período de 2015 a 2019; Vittorio Medioli, prefeito municipal de Betim; desembargador Alberto Diniz Junior, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis; e deputados Charles Santos e Mauro Tramonte.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidá-los a conhecer o movimento Sou Minas Demais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo em sua defesa e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça. O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrar da nossa história, celebrar novas conquistas e valorizar a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação. Convidamos a todos para assistir ao vídeo manifesto da campanha e juntar-se a nós nesse movimento.

– Procede-se à execução do vídeo.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvirem o Hino Nacional que será interpretado pelo Coral Força Jovem Universal Minas, regido por Cristina Silva.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo em homenagem ao Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Título

O locutor – O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus. O título que será conduzido pela cadete da Polícia Militar de Minas Gerais, Nathalia Policarpo, contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Agostinho Patrus, nos termos do decreto de 23/8/2019, concede ao Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à sua relevante contribuição em prol do jornalismo mineiro e nacional.”

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus

Senhoras e senhores, muito boa noite. Gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e autor desse requerimento que muito me apetece, deputado Agostinho Patrus; o Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias; o Exmo. Sr. deputado federal Gilberto Abramo, que representa a Câmara Federal; o Exmo. Sr. vereador Jorge Santos, que representa a Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Exmo. Sr. presidente da Assembleia Legislativa, nos anos de 2015 a 2019, Adalclever Lopes; o Exmo. Sr. prefeito de Betim, Vittorio Medioli; o Exmo. Sr. presidente da Amagis, Associação dos Magistrados Mineiros, desembargador Alberto Diniz Junior; o Exmo. Sr. deputado Mauro Tramonte; e o Exmo. Sr. deputado Charles Santos.

Confesso que, ao longo dos últimos dias, tentei escrever um texto bonito para chegar aqui e poder compartilhar com todos os presentes a alegria de me tornar um cidadão mineiro. Mas, conforme eu ia escrevendo esse documento, em momento algum, eu chegava às palavras que pudessem expressar tudo aquilo que passa pela minha vida, pelo meu coração, ao receber essa honraria.

Comecei a pensar sobre o que é ser mineiro. Encontrei qualidades que são extremamente relevantes hoje e, fora do Estado de Minas Gerais, extremamente escassas. Eu percebi a relevância do protagonismo deste Estado tão importante, que posso personificar aqui na pessoa do Exmo. presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus, que tem, através dessa atitude de protagonismo que tem exercido, mantido este Estado nos trilhos, junto com seus colegas desta Casa. Eu consegui me recordar da seriedade que os mineiros carregam consigo, que eu posso também exemplificar no amigo desembargador Nelson Missias, presidente do Tribunal de Justiça deste Estado tão maravilhoso. Consegui identificar, cada vez mais, valores que iam significar para mim o que é ser um cidadão mineiro. Encontrei alguns desses valores, na minha vida, com o Senhor Jesus, desde que me converti em 1998. Em outras oportunidades, tive a chance de compartilhar com alguns dos presentes um pouco dessa história, mas não quero falar do passado, quero falar do presente e do futuro.

Então gostaria de mencionar, por exemplo, a ética. Quando recorro à Palavra de Deus, encontro as seguintes palavras: A minha vida deve ser pautada pelo sim, sim e o não, não. Encontro, por exemplo, o nosso diretor comercial, o Wagner Espanha, cuja presença hoje muito me apetece. Depois vamos falar do vídeo que vocês fizeram escondidos de mim. São qualidades que realçam, em mim, essa alegria de ser mineiro. Posso dizer que, sim, já era mineiro de coração, uai, e com muita alegria.

Olhe só para você ver como, ao longo destes últimos seis anos, o meu DNA passou a ficar cada vez mais identificado com esta terra. A discrição, por exemplo, que encontro na Palavra de Deus, quando ele diz que os homens podem procurar o favor do rei, mas a honra de um homem vem do Senhor, isso eu encontro em pessoas como o meu diretor técnico, o Josimar Silva, que se encontra presente e que também enaltece esta noite, assim como tantas outras pessoas que vão se somando e fazendo com que a personalidade mineira faça parte do meu dia a dia.

Peço desculpas por estar um pouco emocionado porque fui pego de surpresa pelo vídeo que o nosso departamento fez com a participação de pessoas que tenho na mais alta estima. Por isso, gostaria de encerrar esta minha participação falando sobre a gratidão, um valor que vejo em Minas e que dificilmente se encontra no Estado do Paraná, de onde venho, no Estado de São Paulo, onde morei antes de vir para cá, e em tantos outros locais; uma qualidade que tem passado despercebida e que os mineiros têm de uma maneira completamente diferenciada. A gratidão que tenho pelos seus familiares, pelos seus amigos e pelas amizades de longa data é algo que carrego comigo e quero agradecer por isso, mas agradeço, em primeiro lugar, com a sua devida vênia, ao Senhor Jesus, que me encontrou num momento muito difícil da minha vida e me deu condições de vir até aqui passar pelas lutas que passamos e poder hoje estar presente nesta tribuna. Poucos são aqueles que participam deste lugar.

Quero ainda agradecer a homenagem ao deputado Agostinho Patrus, bem como a sua presença no dia de hoje e, acima de tudo, a presença de Deus, porque, se eu não fosse um cidadão celestial, jamais poderia ter sido um cidadão mineiro. Muito boa noite e obrigado!

O locutor – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Agostinho Patrus, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Sr. Diretor Executivo da RecordTV Minas, Gustavo Fraga Brandão Paulus, homenageado nesta solenidade, e sua esposa, Andreia Paulus, que também nos honra com a sua presença; Exmo. amigo e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias de Moraes; Exmo. Deputado Federal Gilberto Abramo, representando a Câmara Federal, ex-colega desta Casa; vereador Jorge Santos, que representa a presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereadora Nely Aquino; ex-presidente desta Casa, amigo e colega de vários embates, deputado Adalclever Ribeiro Lopes; prefeito de Betim, Vittorio

Medioli; presidente da Amagis – Associação dos Magistrados Mineiros –, desembargador Alberto Diniz Junior; meus colegas deputados Mauro Tramonte e Charles Santos, os quais já nos seus primeiros passos nesta Casa dão uma demonstração de trabalho, de dedicação, honrando a tradição da Assembleia com o trabalho que representam e trazendo um novo momento à Casa, novas discussões, como peças fundamentais para o bom andamento e para o bom desenvolvimento dos trabalhos na Assembleia.

Há várias formas de administrar uma empresa de comunicação. Diretor executivo da RecordTV Minas, desde 2013, Gustavo Paulus escolheu a forma inovadora e sustentável, sempre levando em conta a qualidade do produto que oferece aos telespectadores. Liderança corporativa, gestão de projetos e visão estratégica de negócios são apenas algumas das habilidades que Gustavo demonstrou, com eficácia, em sua trajetória profissional.

Sob sua liderança, a Record tem alcançado números expressivos de audiência, chegando a milhões de telespectadores. Por si só, esses índices são notáveis, mas não seriam completos se não representassem, sobretudo, uma forte ligação com os mais altos valores de Minas.

Por esse motivo, faz sentido o *slogan* da emissora, que se apresenta como aquela que faz um jornalismo em que Minas confia, imparcial e comprometido com a busca da verdade. É um jornalismo ágil, sério e transparente, com um time de peso. Quero saudar aqui o amigo Eduardo Costa, que faz parte desse time, e, na sua pessoa, Eduardo, saudar todos que nos mostram, a cada dia, um jornalismo de qualidade, que Minas admira, e com uma programação local com a qualidade que os mineiros reconhecem. Além disso, a grade diversificada aposta na inteligência de seus consumidores.

Fundada em 1991, próxima, portanto, dos seus primeiros 20 anos de existência, a RecordTV Minas nasceu com o objetivo de ser um canal de comunicação que operasse em sintonia com os mesmos princípios que norteiam o dia a dia dos mineiros. Nessa perspectiva, Gustavo Paulus a tem conduzido honrando a missão de levar informação, cultura, lazer e entretenimento para todas as regiões de Minas Gerais. Os laços com os mineiros são renovados levando em consideração o respeito às pessoas, a valorização dos funcionários e o apego à liberdade de expressão e à imparcialidade.

Diante da crise que afetou também os meios de comunicação do País, o diretor executivo não se abalou. Foi justamente nesse contexto que a emissora fez frente às adversidades, renovando suas ideias e sua imagem. Com Gustavo Paulus e atuando em um mercado altamente competitivo, a RecordTV Minas tem procurado enfrentar os desafios com soluções inovadoras, atenta às transformações da TV em um mundo cada vez mais conectado - um universo extremamente vibrante, voltado para o consumo de conteúdo, acessado das formas mais amplas possíveis: vídeos, TV aberta, canais fechados, redes sociais e comunicadores, como o Whatsapp. Gustavo Paulus tem observado como a televisão tem se reinventado, com seu conteúdo também circulando no meio digital, acompanhando, assim, as necessidades do mundo atual.

Com uma equipe unida – o vídeo demonstra um pouco disso, e a presença de tantos colegas de trabalho assim o reafirma –, a Record se dedica e investiga ao máximo as informações. A emissora leva para dentro da casa do telespectador um jornalismo ético e comprometido com a cidadania ao se aproximar da população, apurar suas necessidades e colaborar na busca de soluções dos problemas da comunidade.

Assim, a RecordTV Minas leva ao ar uma das mais bem cuidadas programações da televisão brasileira, com qualidade internacionalmente reconhecida, caracterizando-se pela divulgação da terra e do povo de Minas Gerais. Sua profunda identidade com os mineiros se faz presente sobretudo nos programas jornalísticos, com intensa cobertura do noticiário local, que funciona como canais de denúncia ou prestando serviços à sociedade.

Esses são motivos mais do que suficientes para reconhecer a contribuição de Gustavo Paulus para o desenvolvimento do nosso estado, refletindo sua sintonia com os mineiros. Receba, pois, caro amigo, o pleno reconhecimento do povo de Minas Gerais ao dinamismo do cidadão e diretor executivo. Minas Gerais se orgulha de acolher entre seus cidadãos esse ilustre filho neste evento que homenageia um dos nossos administradores mais talentosos e capazes. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora o Coral Força Jovem Universal Minas, que apresentará a música *Trem-bala*, da cantora e compositora Ana Vilela. Em nome do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus, aproveitamos o momento para agradecer ao Coral Força Jovem Universal Minas a participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/9/2019

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente lê ofício do presidente desta Casa informando sobre a dinâmica das reuniões relativas ao segundo quadrimestre de 2019 do Assembleia Fiscaliza a ocorrerem entre os dias 7 e 18 de outubro. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Vanessa Lordes Gonçalves, investigadora aposentada, e Míriam de Oliveira Galuppo, delegada de polícia aposentada, e do Sr. Sérgio Barbosa, investigador aposentado, no qual solicitam a intervenção dos deputados no sentido de apelar ao governador do Estado para a retomada imediata do cronograma de pagamento das férias-prêmio dos servidores aposentados da Polícia Civil; e do Sr. Alex Magalhães, vereador da Câmara Municipal de Caeté, no qual solicita proteção policial por ter sido vítima de uma flagrante atentado, tendo seu veículo atingido por diversos tiros de armas de fogo no dia 9 de janeiro de 2018. O presidente solicita à consultoria que elabore requerimentos a respeito do teor das correspondências citadas para serem apresentados na 3ª Fase da Reunião. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda (16), subsecretário de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Estado de Governo (26/7/2019); Wagner da Silva Sales, delegado-geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (26/7/2019); e do Ten.-Cel. PM José Luiz Reis Júnior (3), (26/7/2019). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 735/2019, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Delegado Heli Grilo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2019 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.478 e 2.528/2019. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 793 e 872/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e, submetidos a votação, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.944/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ações do Estado para combater incêndios criminosos;

nº 3.977/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao 25º Batalhão de Polícia Militar, no Município de Sete Lagoas, para verificar as condições de trabalho dos policiais militares lotados na unidade, especialmente quanto ao fornecimento de coletes à prova de balas e ao estado dos armamentos, que não estariam em condições adequadas de uso;

nº 3.978/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam fornecidos novos coletes a prova de balas e armamentos ao 25º Batalhão de Polícia Militar, no Município de Sete Lagoas;

nº 3.979/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre o alcance da Portaria nº 33/2018, que regulamenta a Lei nº 22.839, de 2018, que dispõe sobre a prática de atividades da área de competência do CBMMG por voluntários, profissionais e instituições civis, especialmente quanto à possibilidade de engenheiro de segurança do trabalho habilitar brigadista para atuar em eventos temporários;

nº 3.980/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam apurados supostos atos de abuso de autoridade e assédio moral praticados pelo 2º-Ten. PM Bruno Henrique Silveira em desfavor dos policiais militares lotados na 3ª Companhia Independente de Polícia Militar, em Iturama;

nº 3.999/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas a conceder proteção policial ao vereador Alex Magalhães, da Câmara Municipal de Caeté, em razão do atentado de que foi vítima, no dia 9/1/2019, no qual teve seu veículo atingido por diversos tiros de arma de fogo, conforme correspondência recebida;

nº 4.000/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a retomada imediata do cronograma de pagamento das férias-prêmio dos servidores aposentados da Polícia Civil, que foi paralisado a partir de maio de 2016, sob justificativa de falta de recursos financeiros do Estado, conforme ofício recebido pela comissão; e seja regularizado o pagamento das férias-prêmio dos reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – João Leite.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/9/2019

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Celinho Sintrocel, membro da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, tendo em vista o descumprimento, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, da Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que regulamenta o aumento progressivo do piso salarial dessas categorias. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Patrícia Cristina Silva Andrade, diretora da área de Empresas Públicas da Administração Direta e Agente de Combate a Endemias do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo

Horizonte – Sindibel; e Lucimar Rodrigues Fonseca, diretora de Assuntos da Regional Nordeste e Agente Comunitária da Saúde do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel –, e os Srs. Leandro Gomes de Paula, advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel; Israel Arimar de Moura, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – Sindibel. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/9/2019

Às 14h19min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Raul Belém, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Nathália Milagre Hazan, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/8/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 787/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.963/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Cássia para debater a adoção de medidas que visem à recuperação da Represa Mascarenhas de Moraes, que se encontra com um dos níveis hídricos mais baixos de sua história;

nº 4.003/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Ibiá pedido de providências para que seja averiguada a denúncia de matança de animais nesse município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente – Raul Belém – Osvaldo Lopes – Gustavo Santana.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/9/2019

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Zé Guilherme e Zé Reis (substituindo os deputados Sargento Rodrigues e Osvaldo Lopes, respectivamente, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Virgílio Guimarães, Marquinho Lemos, Alencar da Silveira Jr., Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, Duarte Bechir, Ulysses Gomes, Gustavo Santana, Zé Guilherme e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado João

Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a possível extinção de serventias de serviços notariais instaladas em diferentes localidades no Estado, indicadas para possível extinção. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Doutor Jean Freire, justificando sua ausência na reunião e manifestando apoio aos cartórios dos distritos de todo o Estado, especialmente nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e encaminhando cópia de requerimento aprovado na Câmara Municipal de Diamantina, com pedido de providências para não se encerrarem as atividades de diversos serviços notarias no Estado; e do desembargador Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, encaminhado manifestação com informações relativas à possibilidade de encerramento de atividades de serviços notarias no Estado e sugerindo medidas para solucionar o problema. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Fernanda Murta Ribeiro, oficial de Registro Civil do Cartório de Registro Civil de Curvelo; e o Sr. Nésio Mário Jardim Viana, oficial de Registro do Distrito de Freire Cardoso da Comarca de Araçuaí. A presidência concede a palavra aos deputados Alencar da Silveira Jr., Duarte Bechir, Marquinho Lemos e Zé Reis, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.021/2019, das deputadas Ione Pinheiro, Beatriz Cerqueira e Celise Laviola e dos deputados Zé Reis, Duarte Bechir, Ulysses Gomes e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para que sejam revistos os atos por meio dos quais procedeu-se à anexação provisória de serviços notariais e de registro, especialmente os referentes a cartórios em funcionamento nos distritos de diversos municípios do Estado, considerando-se o relevante papel social desempenhado por essas serventias;

nº 4.022/2019, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Ulysses Gomes, Zé Reis e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o valor gasto por mês com a complementação da receita das serventias deficitárias por meio da Câmara de Compensação da Gratuidade – Recompe-MG;

nº 4.023/2019, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Ulysses Gomes, Zé Reis e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça pedido de informações sobre os critérios utilizados para classificação de uma serventia de registro ou notarial como deficitária; quantas e quais serventias foram anexadas; e se há critérios de avaliação do impacto social resultante da possível extinção dessas serventias;

nº 4.024/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Tribunal de Justiça, no Município de Belo Horizonte, para que as deputadas e os deputados que participaram da audiência pública realizada no dia 3 de setembro de 2019 entreguem as notas taquigráficas e os requerimentos referentes à citada audiência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2019.

João Magalhães, presidente – Osvaldo Lopes – Guilherme da Cunha – Tito Torres.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e o deputado Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a

reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.448 e 2.525/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.957/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater a integração do serviço de transporte por táxi na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 3.964/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Cássia para debater a adoção de medidas que visem à recuperação da Represa Mascarenhas de Moraes, que se encontra com um dos níveis hídricos mais baixos de sua história;

nº 3.993/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes e da deputada Rosângela Reis, em que requerem seja realizada audiência pública para receber os participantes do VII Encontro Mineiro de Vereadores e na ocasião discutir o tema “Assembleia Legislativa e aspectos aplicáveis ao legislativo mineiro”;

nº 4.034/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cataguases pela comemoração do 142º aniversário desse município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2019.

Rosângela Reis, presidente – Ione Pinheiro – Fernando Pacheco.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 141 e 236/2019 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Professor Cleiton, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.181 a 2.191, 2.193, 2.513 a 2.516 e 2.520/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Coronel Sandro. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.476/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para o Centro de Educação Profissional de Itajubá, nesse município, destinados à realização de obras previstas em termo de compromisso assinado e homologado;

nº 2.477/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a Escola Estadual Ana Laura Pereira, no Município de Itajubá, destinados à realização de obras previstas em termo de compromisso assinado e homologado;

nº 2.478/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a Escola Estadual Professor Antônio Rodrigues de Oliveira, no Município de Itajubá, destinados à realização de obras previstas em termo de compromisso assinado e homologado;

nº 2.479/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos para a Escola Estadual Barão do Rio Branco, no Município de Itajubá, destinados à realização de obras previstas em termo de compromisso assinado e homologado;

nº 2.480/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos para a Escola Estadual João XXIII, no Município de Itajubá, destinados à realização de obras previstas em termo de compromisso assinado e homologado;

nº 2.481/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vista à liberação de recursos para a Escola Estadual Verner Grinberg, de Monte Verde, destinados à realização de obras previstas em termo de compromisso assinado e homologado;

nº 2.565/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a realização de reforma na Escola Estadual Ministro Lúcio de Mendonça, no Município de São Gonçalo do Sapucaí;

nº 3.889/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato Único dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – pelos 40 anos de sua fundação;

nº 3.890/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro-Minas – pelos 86 anos de sua fundação;

nº 3.891/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – Sindifes – pelos 27 anos de sua fundação;

nº 3.892/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais pelos 51 anos de sua fundação;

nº 4.026/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância do trabalho desenvolvido pela unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – de Divinópolis;

nº 4.027/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater soluções em relação ao campo de estágio em hospital do curso de fisioterapia e do estágio prático do curso de educação física da unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – no Município de Divinópolis;

nº 4.029/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte, para debater o descumprimento pelo Estado da obrigatoriedade de aplicar o limite mínimo constitucional de 25% do orçamento em educação, tendo em vista que, conforme relatório de execução orçamentária da Secretaria de Estado de Fazenda, relativo ao primeiro semestre de 2019, o Estado investiu apenas 17,45% em educação;

nº 4.030/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – APUBH – pelos 42 anos de sua fundação;

nº 4.035/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – Sindifes – pelos 27 anos de sua fundação;

nº 4.036/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas – pelos 86 anos de sua fundação;

nº 4.037/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sindicato Único dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG – pelos 40 anos de sua fundação;

nº 4.038/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o retorno das atividades da Educação Integral da Escola Estadual Professora Elza de Oliveira Lage, no Município de Ipatinga, bem como a liberação dos recursos destinados à ampliação da referida escola, conforme termo de compromisso já assinado;

nº 4.039/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais pelos 51 anos de sua fundação;

nº 4.040/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o programa Gestão pela Aprendizagem, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação;

nº 4.041/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do voto de congratulações com o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – Apubh – pelos 42 anos de sua fundação;

nº 4.042/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para construção de quadra esportiva coberta na Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Município de Betim;

nº 4.044/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam autorizadas as matrículas na Educação de Jovens e Adultos – EJA – na Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Município de Betim;

nº 4.045/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para realização de obras de acessibilidade na Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Município de Betim;

nº 4.046/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Coronel Sandro, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura escolar nas unidades da rede pública de ensino do Estado, tendo em vista os termos de compromisso abertos, as prioridades e os critérios, os valores orçamentários, o planejamento dos investimentos e da execução, bem como a necessidade de uma ação integrada desta Casa com os deputados federais de Minas Gerais, para a indicação, mediante emendas de bancada, de recursos ao orçamento da União para investimentos em infraestrutura escolar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Charles Santos, Guilherme da Cunha e André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1 dos Projetos de Lei nºs 5.498/2018 (relatora: deputada Celise Laviola) e 668/2019 (relator: deputado Charles Santos, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – André Quintão – Guilherme da Cunha – Bruno Engler – Charles Santos – Celise Laviola.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

Às 14h15min, comparecem no Auditório da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Câmpus JK, em Diamantina, a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Está presente também o deputado Marquinho Lemos. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o processo de escolha da reitoria da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tatiana Campos, coordenadora do Núcleo de Base dos Servidores Técnicos da UFVJM; Thamyres Sabrina Gonçalves, presidente da Associação dos Pós-Graduandos da UFVJM; Cristina Del Papa, coordenadora-geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino Superior – Sindifes; Luiza Machado, assessora do Deputado André Quintão; e os Srs. Rogério Correia, deputado federal; Gilciano Saraiva Nogueira, professor da UFVJM; Marcel Viana, assessor regional do deputado federal Padre João; João Vinícios Wirbitzki da Silveira, vice-presidente da Associação dos Docentes da UFVJM, representando a presidente dessa associação; e Ernesto Elias, presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFVJM. A presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 10/9/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 339/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de escolas estaduais que se encontram em caráter de emergência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 468/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na estrutura das unidades de conservação estaduais, especificando-se quais possuem fonte de arrecadação própria, quais são essas fontes e quanto foi arrecadado nos últimos cinco anos nessas unidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 569/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de informações sobre se já existe projeto de restauração e construção de terceira via em pontos de aclives da Rodovia MG-167, que liga os Municípios de Varginha e Três Pontas, e qual o prazo para o início das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 796/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública e à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as medidas tomadas pelo Estado para garantir a segurança nas escolas estaduais, a integridade dos alunos e funcionários e a guarda do patrimônio público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 826/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a auditoria das condições da estrutura da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio, da mineradora Anglo American, nos Municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, consubstanciadas no laudo efetivado com essa finalidade pelo Instituto de Tecnologia e Pesquisa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 934/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as diretrizes da Política de Saúde Mental no Estado, bem como o planejamento orçamentário destinado à sua execução para o ano de 2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.254/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a suspeita de contaminação da água que abastece o Município de Montes Claros, por 18 tipos de agrotóxicos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.068/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os valores e o percentual em relação ao total do investimento da empresa aplicado em programas de eficiência energética nos anos de 2017, 2018 e 2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2019, do deputado Cristiano Silveira e outros; e Projetos de Lei nºs 20/2015, do deputado Fred Costa; 167/2015, do deputado Inácio Franco; 294/2015, do deputado Arlen Santiago; 712/2015, do deputado Gustavo Valadares; 2.612/2015, do deputado Léo Portela; 3.529/2016, do deputado Douglas Melo; 4.323/2017, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 4.513/2017, do deputado Noraldino Júnior; 4.878/2017, do deputado Cristiano Silveira; 5.175/2018 e 949/2019 do deputado Ulysses Gomes; 5.293/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.423/2018, do deputado Rogério Correia; 94/2019, do deputado Coronel Sandro; 136 e 594/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 515/2019, do deputado Coronel Henrique; 613/2019, da deputada Ione Pinheiro; 810 e 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 822/2019, do deputado Tito Torres; 919/2019, do deputado Zé Guilherme; 991/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.001/2019, do deputado Braulio Braz; e 876, 1.009, 1.015 e 1.016/2019, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 599/2015, do deputado Gustavo Valadares; 964/2019, do deputado Tito Torres; 979/2019, do deputado Doutor Jean Freire; e 985/2019, do deputado Cássio Soares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/9/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.607/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater supostas irregularidades existentes no quadro de pessoal e funcionamento operacional do Centro Socioeducativo de Governador Valadares.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.672/2019, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.609/2019, do deputado Betão.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.616, 2.664, 2.665 e 2.666/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.204/2016, do deputado Fábio Avelar de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 574/2019, do deputado Celinho Sintrocel, e 835/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Requerimento nº 2.662/2019, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/9/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com a Escola Estadual Dom Cabral, pelas conquistas alcançadas na edição brasileira da Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras 2019, e com a professora Francielle Linhares Dias Espíndola e os alunos do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Dom Cabral, pela participação na Olimpíada Internacional Matemática Sem Fronteiras, realizada na cidade Chiang Mai, na Tailândia.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2019, às 9h30min, em Ribeirão das Neves, com a finalidade de, em audiência pública, debater a situação da educação no município.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bruno Engler, Cleitinho Azevedo, Raul Belém e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Andréia de Jesus, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2019**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Léo Portela, Professor Wendel Mesquita e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Carlos Pimenta, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 2.607/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/9/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes aos 2º e 3º quadrimestres de 2018 e 1º quadrimestre de 2019.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 12/9/2019, às 14 horas, à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, em Belo Horizonte, com a finalidade de obter informação sobre o andamento do processo que visa garantir os preceitos estabelecidos no Estatuto Social da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/9/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia em Minas Gerais, conforme determinam as Leis nºs 21.156, de 2014, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Pedraf –, e 21.146, de 2014, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 716/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a deputada Beatriz Cerqueira solicita à Presidência da Assembleia que seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o planejamento para o pagamento do saldo de férias-prêmio convertidas em espécie aos profissionais efetivos aposentados da educação básica do Estado, conforme previsão constante no art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 11/4/2019, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O art. 46, inciso III, do Regimento Interno desta Casa assegura ao deputado o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia Legislativa, pedido escrito de informação a autoridades públicas.

Nos termos do art. 79, inciso VIII, alínea “c”, também do Regimento Interno, compete à Mesa da Assembleia, privativamente, emitir parecer sobre os requerimentos de pedido de informações, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

O pedido de informações possui previsão na Constituição Estadual em seu art. 54, tratando-se de um dos instrumentos disponíveis ao órgão legislativo estadual para o exercício da sua competência de fiscalização e controle, *in verbis*:

“Art. 54 – (...)

§ 2º – A Mesa da Assembleia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.”.

A competência fiscalizatória do Poder Legislativo restou delimitada pelo art. 62, inciso XXXI, da Constituição Estadual, o qual conferiu à Assembleia Legislativa a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

A proposição ampara-se ainda no inciso X do art. 49 da Constituição da República, que estabelece como competência do Poder Legislativo a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, bem como nos arts. 73 e 74 da Constituição do Estado, os quais, em simetria, atribuem ao Legislativo o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado.

Quanto ao conteúdo do requerimento, também entendemos por sua legalidade e pertinência com a função fiscalizatória do Poder Legislativo, uma vez que recai sobre a atividade administrativa do Poder Executivo, justificando-se o interesse público na fiscalização da sua execução, com o fim de se apurar eventual irregularidade.

Destaque-se que, nos termos do § 2º do art. 54 da Carta Mineira anteriormente transcrito, há autorização para que a Mesa da Assembleia, em situações como a ora apresentada, encaminhe pedido de informação a secretário de Estado, determinando ainda que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

Diante do que foi exposto, entendemos inexistir óbice jurídico à aprovação da proposição em comento, tendo em vista que a pretensão possui pertinência com o exercício das atribuições de fiscalização e controle dos atos administrativos do Poder Executivo previstas constitucionalmente para o Poder Legislativo.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 716/2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de junho de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Cristiano Silveira, relator.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

O deputado Repórter Rafael Martins* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde a todos!

Sr. Presidente, gostaria de manifestar-me, nesta tarde, para falar sobre um tema muito atual e que tem impactado diretamente a classe política, aliás, não só a classe política, mas, de uma forma geral, todos que estão expostos às redes sociais, às mídias sociais. Queria falar sobre as *fake news*. Infelizmente, depois que o nosso governador institucionalizou as *fake news* em sua campanha eleitoral... Nós podemos dizer aqui e dar vários exemplos das *fake news* eleitoreiras. Uma delas é o uso de jatinhos. Podemos também lembrar a questão do ICMS, que o deputado Doorgal, com muita competência, hoje faz essa denúncia do possível aumento do ICMS, e de outras tantas que foram abordadas em sua campanha. Sou surpreendido hoje, ao chegar para trabalhar, com uma *fake news* envolvendo o meu nome, o meu trabalho.

Divulgaram em grupos de WhatsApp, em grupos de mídias sociais, no Município de Contagem, uma *fake news* terrível, presidente, dizendo que o Rafael Martins, membro do PSD, seria candidato a prefeito de Contagem, lançado pelo atual prefeito da cidade, ou seja, eu seria o candidato do atual prefeito da cidade. Tentaram fazer uma relação completamente esdrúxula e inaceitável, uma relação que não existe, e eu tomei o cuidado, hoje pela manhã, de emitir uma nota, um comunicado oficial dizendo que eu sequer vi pessoalmente o atual prefeito do Município de Contagem, nunca nem o encontrei pessoalmente, apesar de conhecer seu trabalho pela TV, pelos jornais – agora, recentemente, nas páginas policiais, inclusive; é o que tenho de conhecimento dele.

Então, logo que recebi essa *fake news*, essa surpresa desagradável, de embrulhar o estômago, tomei o cuidado de emitir uma nota para desmentir essa relação esdrúxula que tentaram construir e gostaria de aproveitar a ocasião, presidente, para fazer a leitura dessa nota que divulguei hoje nas minhas redes sociais porque se combate esse tipo de doença com vacina. E qual é a vacina para esse tipo de doença chamada *fake news*? A vacina é a transparência, é a correção, é o caráter, é o trabalho. Então, hoje emiti uma nota e gostaria de ler para os colegas.

A nota diz o seguinte. (– Lê:) “Em tempos de *fake news*, precisamos estar vacinados. Nem bem surgiu a notícia de que o PSD terá um projeto independente para Contagem, em 2020, longe das velhas práticas e de grupos políticos, e que eu vou sim coordenar esse trabalho, começaram a espalhar que eu seria o candidato do Prefeito Alex. Risos. Vamos aos fatos reais: PSD ainda não escolheu o candidato a prefeito. Ponto. Segundo, e não menos importante, eu nunca vi o prefeito Alex, aliás, já o vi na TV e nos jornais. Outra, mesmo se o conhecesse, nosso projeto para Contagem não se identifica e rejeita o que é feito por Contagem. Não é possível que os mal-intencionados não entenderam isso até hoje. Estamos todos cansados dessa política mentirosa! Por que nos atacam? Por que escolheram a mim, presidente? O que temem? Caso escute isso por aí, ou receba este tipo de *fake news*, mande este *post* e nos ajude a fazer uma política mais transparente e propositiva.”

Essa nota é assinada por mim, redigida por mim, refutando toda e qualquer tentativa de desmoralização da nossa imagem e do nosso trabalho pela cidade de Contagem. Nós rejeitamos e não nos identificamos com o que é feito hoje pelo município – volto a ressaltar isso –, mas, infelizmente, vivemos tempos de *fake news* institucionalizadas pelo governo de Minas. E não me perguntem quais são as outras *fake news* porque temos uma lista infundável de *fake news* que foram tratadas em campanha eleitoral e que, simplesmente, foram deixadas de lado. Nós queremos ajudar o governo a tirar Minas Gerais desse buraco negro em que se encontra, queremos ajudar o governo do Estado a recuperar o Estado de Minas Gerais, mas precisamos viver no mundo real, precisamos de discursos realistas.

O deputado Cleitinho tem sua bandeira da transparência, da fiscalização, da independência e da autonomia. Parabenizo V. Exa. por sua conduta e peço, encarecidamente, que nos ajude a reforçar a campanha contra essas *fake news* que estão aí só para derrubar os trabalhos sérios, responsáveis e comprometidos que são feitos.

Por último, recebi hoje mais uma notícia de deixar qualquer um estarecido, sobretudo os que dependem do serviço público de saúde. Recebo, com muita tristeza e com muito desânimo, uma notícia, presidente, e espero que seja mais uma *fake news*, sinceramente, espero que seja mais uma *fake news* dessas que rodam os grupos de WhatsApp. Aqui, diz o seguinte: Zema vai fechar o Hospital Alberto Cavalcanti. Grande abraço em defesa do hospital marcado para o dia 9 de setembro, às 9 horas da manhã.

O governo Zema, em mais uma atitude contra a população, fechará a unidade de urgência e emergência, a única unidade, diga-se de passagem, da região Noroeste, a partir do dia 9 de setembro. O Hospital Alberto Cavalcanti, de muita história, está localizado numa das regiões mais populosas de Belo Horizonte. Nesse hospital, já tive muitos pacientes que foram encaminhados para lá, pacientes do meu convívio, pessoas da minha família.

Um dos meus assessores, presidente, que trabalha comigo aqui na Assembleia, só não morreu de infarto, deputado Cleitinho, porque recebeu os primeiros atendimentos no Hospital Alberto Cavalcanti. Ele infartou em casa, no bairro São José, que fica na mesma região. Foi socorrido e levado ao Alberto Cavalcanti. Recebeu os primeiros atendimentos lá, de onde foi encaminhado para o Hospital das Clínicas. Só não morreu por isso. Agora recebo essa notícia de que vão encerrar, à revelia, o atendimento de urgência e emergência daquele hospital. É lamentável. É um absurdo. Faço aqui um apelo ao governador. Espero que seja apenas mais uma *fake news*, como tantas outras que temos recebido sobre este governo do Estado de Minas Gerais. Espero que ele possa vir a público se explicar e manter esse grande hospital aberto, essa grande instituição que, há décadas, é referência na região Noroeste de Belo Horizonte.

Aos colegas deputados e deputadas: vacinem-se, vacinem-se. Estejam preparados para as *fakes news*, porque precisamos combater esse mal a que todos nós estamos sujeitos. Obrigado e boa tarde a todos!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fernando Pacheco* – Boa tarde, presidente da reunião da Assembleia Legislativa na data de hoje! Boa tarde a todos os deputados e todas as deputadas que estão presentes! Boa tarde a todos os funcionários e a todos que nos assistem pela TV Assembleia!

Venho a esta Casa de leis, na data de hoje, para fazer uma homenagem à cidade de Cataguases. Em 7 de setembro, a cidade de Cataguases completará 142 anos. Eu sou morador de Cataguases. Fui eleito basicamente por Cataguases. Tenho compromisso com essa cidade, que é polo de uma microrregião. Estou, neste momento, usando a tribuna para reverenciar a cidade de Cataguases, para agradecer a cidade de Cataguases. Se hoje estou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, agradeço aos moradores e eleitores da cidade de Cataguases.

Nesse contexto de assuntos relevantes que pretendo tratar desta tribuna para parabenizar a cidade, não posso deixar de mencionar alguns fatores que são relevantes e que geraram protagonismo para a cidade de Cataguases. Cataguases teve políticos muito reconhecidos, em nível estadual e em nível federal. Vou citar o primeiro deles: Astolfo Dutra, talvez um dos maiores políticos que tivemos. Foi deputado estadual aqui e presidente desta Casa, no início do século passado. Ele se elegeu em 1900 e foi deputado aqui, ainda em seu primeiro mandato. Conseqüentemente, ele se candidatou a deputado federal. Também foi deputado federal por quatro ou cinco mandatos, tendo sido duas vezes presidente da Câmara de Deputados.

É muito importante essa história ser colocada para todos que estão assistindo, todos os moradores, para que Cataguases possa voltar a ter o protagonismo de um tempo em que ela foi muito protagonista.

Depois do presidente da Câmara dos Deputados Astolfo Dutra, tivemos também como deputado estadual Pedro Dutra, então filho de Astolfo Dutra. Pedro Dutra também foi um grande político, muito reconhecido em nossa cidade e continuador da obra do pai. Também foi deputado estadual nesta Casa, bem como deputado constituinte na Constituição de 1946.

Posteriormente, já chegando na segunda metade do século, houve um outro político, que coloco como um grande ídolo para mim, chamado Dr. Tarcísio Henriques. Foi deputado estadual por duas vezes nesta Casa, tendo sido também secretário de Estado de Justiça, de 1995 a 1998, no governo Eduardo Azeredo. Também foi presidente do Ipsemg, prefeito da cidade por duas vezes, vereador e vice-prefeito. Foi o maior político que conheci em vida, e tento absorver um pouco do que ele, em vida, nos deixou como legado de obra de um grande político.

Tenho que citar também os benfeitores da cidade, que possibilitaram que a cidade saísse de uma situação muito agrícola, muito rural para, depois, se transformar numa cidade polo industrial. Falo de Dr. Norberto Custódio Ferreira, que não foi nascido em Cataguases e, sim, em Rio Novo, mas que, ao morar em Cataguases, lá se radicou e conseguiu transformá-la num polo industrial. Dr. Norberto foi o primeiro gerente do Crédito Real na cidade de Cataguases e também presidente do Banco do Brasil, em 1910. Era um profundo administrador, cofundador da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e da Indústria de Fiação e Tecelagem, na época duas grandes empresas que, posteriormente, proporcionaram a vinda de muitas outras. Então, também cito esse grande benfeitor, como uma pessoa que transformou a cidade no que ela é hoje.

Começamos, agora, a entrar nos momentos mais contemporâneos. Nesses momentos, vemos que a cidade, de uma vocação rural agrícola, passar por uma transformação industrial que gerou muitos empregos na região. Ela também teve um olhar muito importante e cirúrgico, pois focou na cultura. Nos idos de 1920, no Movimento Verde, lá foi criada a *Revista dos Verdes*, e houve um grupo de escritores, intelectuais e poetas que fizeram um manifesto para a articulação do Movimento Modernista, que se iniciou em São Paulo. E nós temos esse protagonismo até hoje. Cataguases é conhecida como a cidade do interior mais importante do Modernismo. É considerada por Minas Gerais como uma cidade histórica. Isso não é à toa, é por suas obras, seja da arquitetura, seja das obras de arte, seja do paisagismo, seja dos intelectuais e de todo acervo que está a céu aberto dessa grande cidade que hoje venho homenagear.

Cataguases protagonizou momentos que até hoje transformam realidades. Pela situação cultural, hoje temos quatro entidades que são mantenedoras da cultura dessa minha cidade, da minha Cataguases. Hoje temos o Instituto Francisca de Souza Peixoto, a Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, a Fundação Cultural Simão José Silva e temos o Centro Cultural Sicoob-Coopemata.

Essas quatro organizações não governamentais conseguiram proteger o patrimônio instalado, dar manutenção a ele e promover a fruição desse patrimônio instalado a céu aberto na cidade de Cataguases.

Cataguases tem 16 monumentos tombados pelo Iphan, além de uma poligonal enorme, que também é protegida pelo Iphan. E, lá, nós temos obras de Niemeyer, Francisco Bolonha, MMM Roberto, vários arquitetos renomados vindos de São Paulo e do Rio de Janeiro a pedido de um grande homem que eu quero citar neste momento, agora, que era um dos verdes: Sr. Francisco Inácio Peixoto – na minha modesta opinião, o homem mais importante de Cataguases, porque foi um mecenas, pagou do próprio bolso obra como o *Tiradentes*, do Portinari, que hoje está no Memorial da América Latina, mas que deveria estar aqui, em Belo Horizonte; que Cataguases não conseguiu manter, foi para São Paulo. Nós choramos isso demais porque é um painel que ficava no Colégio Cataguases e que foi projetado pelo Oscar Niemeyer. Eu nunca vi um painel parecido, nem por televisão, de tão monumental – a história de Tiradentes, da Inconfidência de Minas Gerais. Isso hoje, senhores, está em São Paulo, no Memorial da América Latina, mas quem sabe um dia o Estado possa tentar reaver isso para as terras mineiras, de onde nunca deveria ter saído.

Dessas obras particulares, muitas se transformaram em públicas porque muitas não podiam ser retiradas, como o próprio Colégio de Cataguases, obra do Niemeyer também, e a casa do Francisco Inácio, uma das poucas casas projetadas por Oscar

Niemeyer, que todos nós sabemos ser o maior arquiteto da América do Sul, quiçá de toda a América ou até do mundo, porque o seu estilo é único.

Hoje nós temos esse orgulho de ter duas grandes obras, uma é do Estado, que é o Colégio Cataguases, Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto, e a outra é da família, a casa do Francisco Inácio Peixoto.

Esse grande intelectual, poeta e escritor, Francisco Inácio Peixoto, também era industrial e fazendeiro e investiu toda a sua riqueza na cidade de Cataguases, investiu na cultura. Se hoje Cataguases é uma cidade histórica, deve-se muito ao grande Francisco Inácio Peixoto. Este, sim, tem todas as condições de ser considerado a pessoa mais importante da cidade de Cataguases, na minha modesta opinião.

Esse conjunto de situações... Hoje, nós entramos em realidades novas. Esse polo industrial que existia vem se transformando. Hoje nós temos ainda a indústria têxtil como um grande polo empregador; temos a indústria da mecânica pesada, que já existia também; e estamos com a indústria da energia elétrica em investimentos altíssimos, uma vez que a antiga Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina se transformou hoje na Energisa S.A., a maior empresa de energia elétrica privada do País, que está presente nas cinco regiões do nosso país. E temos a indústria também alimentícia, que vem trazendo muitos empregos e muitas condições para que o território industrial cataguasense possa continuar a gerar emprego, renda, crescimento e arrecadação. Para vocês terem uma ideia, Cataguases tem a 2ª maior arrecadação de ICMS da Zona da Mata; só perde para Juiz de Fora. Ubá, que tem quase o dobro da população, e Muriaé não têm a arrecadação de Cataguases. Se juntar as duas não dá a arrecadação de ICMS de Cataguases.

Então, o Estado precisa ter um olhar para essa cidade, que presenteia agora, no seu aniversário, todo o Estado com essas obras, com esses assuntos, com essas condições. Espero que o governo estadual possa ter um olhar para as cidades do interior e valorizar as cidades do interior, principalmente aquelas que são protagonistas, que são de vanguardas.

Dentro desse âmbito da cultura, estamos implantando o turismo como uma fonte de emprego, renda, trabalho, salário e também ocupação e mobilização para novas economias criativas. Temos lá o circuito Serras e Cachoeiras e temos também a questão voltada para o turismo cultural. Cataguases recebe alunos de Viçosa, de Juiz de Fora, na área da arquitetura, para conhecer o perímetro urbano modernista que lá está instalado a céu aberto. Vêm pessoas da Bahia, do Nordeste, do Sul. É um modo de fazer um novo negócio com a economia criativa através da cultura.

Finalizando, eu quero, nessa síntese toda que eu fiz sobre Cataguases, dizer que tudo isso cria uma relação de harmonia nesse modelo modernista que tem continuidade com o tempo e com a natureza, porque nós temos que aproveitar todo esse arcabouço e transformá-lo em condições e energias que possam fomentar famílias, empregos, renda, empresas a buscar novos negócios.

Venho, então, parabenizar Cataguases pelos seus 142 anos e dizer que o povo de Cataguases tem que ter muito orgulho dessa palavra, muito orgulho desses nomes que eu citei, muito orgulho de ser esse polo que é, porque, nesse mérito de vanguarda, nós nunca deixaremos de ser a nossa eterna Princesinha da Zona da Mata. Muito obrigado. Parabéns, Cataguases, pelos 142 anos. Viva Cataguases, a Princesa da Zona da Mata! Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. Vou, seguindo a linha do deputado Fernando Pacheco, dar os parabéns a Cataguases e dar os parabéns também ao deputado Fernando Pacheco, que muito bem representa a cidade nesta Casa.

Quero cumprimentar todos aqui presentes nas galerias, os alunos da PUC Minas e todos que nos acompanham pela TV Assembleia.

Presidente, hoje eu subo a esta tribuna para falar de algo que aconteceu há um ano, no dia 6/9/2018. No ano passado, o Brasil se enchia de esperança verde-amarela por uma mudança no nosso País, pela derrubada do *establishment* político, numa perspectiva de um governo sério, com ministros técnicos para fazer o nosso país andar. No dia 6 de setembro, a campanha estava no

seu início. Jair Bolsonaro fazia uma campanha muito simples, sem dinheiro, mas já era, disparado, o primeiro em todas as pesquisas. Ele veio aqui, ao nosso Estado de Minas Gerais, a Juiz de Fora, para mais um ato de campanha. Da mesma maneira – muito simples, não tinha aquela estrutura toda de todos os candidatos, mas tinha o apoio maciço da população –, cumpriu agenda de manhã, almoçou, encontrou-se com o povo no Parque Halfeld, de Juiz de Fora, e a orientação da Polícia Federal era que ele seguisse de carro até o próximo compromisso. Mas o povo o chamou, e ele foi, junto da população, caminhando pela Rua Halfeld, nos braços do povo – milhares de apoiadores juiz-foranos carregando o então candidato Jair Bolsonaro, em quem eles depositavam as esperanças de um Brasil melhor.

Mas aquele dia alegre na cidade se tornou um dia de preocupação, um dia de desespero, quando um assassino mandado deu uma facada e atentou contra a vida do Cap. Jair Bolsonaro, que foi levado às pressas para a santa casa e, por um milagre, não veio a óbito. Foi Deus que salvou Jair Bolsonaro naquela santa casa, porque quem escuta os relatórios dos médicos e a gravidade da agressão sabe que um cidadão, na idade em que ele estava, com uma agressão tão violenta, não deveria ter sobrevivido, mas Deus salvou o presidente Jair Bolsonaro para que ele pudesse dar um novo rumo ao nosso país.

E hoje, um ano depois, a gente ainda não tem a resposta de quem mandou matar Jair Bolsonaro. O advogado de Adélio Bispo, o Dr. Zanone, quando interpelado pela coordenadora do Direita Minas, Roberta Lopes, que lhe perguntou a quem interessa esconder quem mandou matar Jair Bolsonaro, disse: “À pessoa que me pagou”. Num ato falho da parte dele, ele revela duas coisas. Primeiro, que o crime tem um mandante, não é coisa de um maluco que agiu sozinho; e, segundo, que as pessoas que pagam os advogados de Adélio não querem que esse mandante seja revelado. Uma declaração extremamente grave e que foi ignorada por esses canalhas da grande mídia, que fazem de tudo para atacar o nosso presidente e tentar diminuir a imagem dele e as grandes conquistas que o nosso país vêm tendo.

Por isso, neste momento, eu quero apenas agradecer ao nosso Senhor Jesus Cristo por ter cuidado do nosso presidente Jair Bolsonaro, por ter permitido a sua plena recuperação, para que agora, um ano depois, ele possa estar comandando o nosso país de volta ao caminho da grandeza; e pedir que Deus continue olhando e defendendo o nosso presidente, que, mais uma vez, terá de passar por cirurgia em virtude da agressão covarde sofrida em Juiz de Fora. Mas o povo está com Jair Bolsonaro. Jair Bolsonaro conta com as bênçãos e a proteção divinas. Por isso, está vivo até hoje e, graças a Deus, não guardou rancor do nosso estado, da nossa querida Juiz de Fora. Pelo contrário, disse que aqui nasceu de novo e que é também mineiro.

Então, muito obrigado a todos que defendem e oram pelo presidente Jair Bolsonaro. E que Deus abençoe o nosso presidente e o nosso país. Muito obrigado.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde a toda a população presente! Boa tarde aos estudantes que estão hoje aqui! É um prazer ter vocês aqui. Estamos juntos. Boa tarde aos servidores desta Casa, deputados e deputadas!

Eu vou começar a minha fala de hoje com essa questão que aconteceu e que achei uma aberração para o Brasil, pois a gente encontra um país quebrado, moído. Eu tenho propriedade para falar, porque, nas minhas duas candidaturas, como vereador e como deputado, eu não usei essa pouca-vergonha de fundo eleitoral. É um país onde falta educação, é um país onde as pessoas estão morrendo na porta de hospitais, e eles gastando dinheiro com fundo eleitoral. E o pior de tudo: esse fundo eleitoral agora para pagar processo de político corrupto. Esse fundo eleitoral, até 2022, pode chegar até R\$8.000.000.000,00.

Então eu queria fazer uma campanha em todo Brasil, até para vocês que estão aqui. Quando chegar a campanha de vereador, de prefeito, de deputado, daqui a quatro anos, de presidente, no político que usar fundo eleitoral vocês não votem. É simples. Perguntem para ele na hora em que for pedir voto: “Você vai usar fundo eleitoral?”. Se ele falar que vai usar, você fala assim: “Não voto em você. Sabe por quê? O nosso país está quebrado”. Não está quebrado? Aí é que eu fico sem entender. Porque vem político usar a tribuna, falar que o País está quebrado, que o País está moído, mas tem dinheiro para fazer campanha.

Eu quero perguntar aqui sinceramente com o que é que partido contribui para a população? Alguém me fale com o que é que um partido contribui. Ai vai qualquer um, gente. Vai PT, PSDB, vai o meu partido, Cidadania, vai PDT, vai PSL, vai o Novo, que fala que é novo, vão todos.

Deveriam pegar esses partidos, botar no liquidificador, bater tudo e jogar na pia, pelo ralo. Vocês têm que entender que partido não presta para nada, partido já fala partir. E vê se pode o povo brasileiro pagar imposto rigorosamente em dia para dar dinheiro para partido. E vou falar novamente: como vereador eu não usei fundo eleitoral, como deputado eu não usei fundo eleitoral. Mostrei que tem jeito de fazer política honesta, que a maioria das vezes em que usam esse fundo eleitoral sabem para o que é? Para comprar voto. Porque, na cabeça deles, principalmente quando eu fui candidato, falavam assim: eu duvido que você não vai usar fundo eleitoral. Se você não usar fundo eleitoral, não vai ganhar. Eu falei: eu não vou usar e vou ganhar. Porque eu não comprei voto de ninguém, eu conquistei voto.

Então vocês, que são a população, na hora que eles vierem falar com vocês e pedir voto, façam uma campanha nacional, e eu quero que esse vídeo repercuta no Brasil inteiro. Políticos que chegarem para vocês e pedirem voto, vocês vão perguntar para eles assim: “Vocês vão usar fundo eleitoral?”. Se eles falarem que vão usar, vocês não votam. Sabe por quê? O político tem que usar do dinheiro dele. Aqui todo mundo ganha bem, ganha rigorosamente em dia, recebe em dia. Então que guardem seu dinheiro todo mês e vão fazer campanha com ele. Por que a população tem que pagar imposto para dar dinheiro para político fazer campanha? Não existe isso, não. Isso tem que acabar. Isso é uma das coisas mais ridículas que aconteceu ontem no Congresso, e continua acontecendo. Passa político, passa político, e faz isso, e continua a mesma coisa.

Ponham uma coisa na cabeça de vocês: partido nenhum está preocupado com o povo, não, partido está preocupado é com o interesse deles, o que eles vão ganhar com isso. Partido não está preocupado com o povo, não. Por isso é que eu não canso de falar: eu não tenho partido, não tenho esquerda, não tenho direita. O meu partido é o povo, estou aqui para defender o povo.

Então, povo brasileiro, ano que vem, em que haverá candidatura de vereador, vereador que vier pedir meu apoio, já estou avisando, você quer meu apoio, vai escrever em cartório: “Eu não vou usar fundo eleitoral”. Prefeitos que quiserem meu apoio também: “Vocês querem meu apoio como prefeito?”. Não usem fundo eleitoral. O dinheiro é do povo, não devia nem existir essa aberração. A gente está falando de um País quebrado. Em vez de pegar esse dinheiro de R\$8.000.000.000,00 de fundo eleitoral, invista em educação, pague melhor um professor, melhore a saúde, melhore a segurança. Depois que este país estiver melhor, aí sim, pode falar alguma coisa. Mas investir em político? Político não merece investimento, não, gente. Nós somos empregados do povo, nós somos servidores do povo, estamos aqui para servir à população como empregado do povo. É a gente que tem que investir para a população.

Então fica meu recado: jamais, se eu for candidato a prefeito, ou futuramente a deputado de novo, vocês nunca vão me ver usar fundo eleitoral. Se eu quiser fazer campanha, eu faço do meu próprio bolso. Muito obrigado, Presidente.

E cara feia para mim é fome, viu? Quem estiver com raiva venha para o debate. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, deputados presentes! Boa tarde àqueles que acompanham a gente pelo Plenário, sejam bem-vindos a esta Casa, a Casa do povo! Boa tarde, presidente! Boa tarde àqueles que acompanham a gente pela TV Assembleia; servidores presentes, sempre extremamente colaboradores!

Eu uso a tribuna, deputados e presidente, companheiros que nos acompanham, para falar um pouco da reforma da Previdência e do relatório apresentado ontem. A aprovação da proposta da reforma da Previdência, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da forma como foi enviada à casa pela Câmara dos Deputados significa que essa reforma vai causar prejuízos aos trabalhadores pobres, a maioria negros, mulheres, especialmente os professores, classe da qual também faço parte – sou

educadora infantil em Ribeirão das Neves, há mais de 11 anos. A maioria das mudanças importantes que chegaram a ser apresentadas não foram acatadas.

A solução interna do Senado para contemplar algumas mudanças polêmicas que poderiam travar a tramitação foi sugerir uma PEC paralela, que nos preocupa muito. Essa foi a forma encontrada para evitar que a proposta voltasse a tramitar na Câmara, e que, dessa forma, fosse aprovada, a toque de caixa, no Senado.

Sabemos que a possibilidade de aprovação da PEC em tramitação e de juntarem todas elas em uma só proposta paralela, é bem verdade que ainda não existe, já que terá de tramitar na Câmara. Obviamente, isso não vai funcionar.

É importante dizer, presidente e colegas, que essa PEC paralela para discutir a previdência dos estados não contempla os trabalhadores, a população pobre, e ainda prejudica os servidores públicos municipais e estaduais. Esse é um tema que já discutimos aqui na Casa e outros parlamentares também têm dito isso. Continuamos dizendo de um Estado em crise econômica, e a crise continua recaindo sobre o corpo dos trabalhadores. Isso é injustificável. O modelo de previdência solidário não onera o trabalhador que está trabalhando hoje nem a juventude, muito pelo contrário, a cortina de fumaça que está sobre o debate da previdência é, sim, a privatização e atender o interesse de financeiras. É algo que a gente ainda não conseguiu trazer para um debate popular. Acho que o grande desafio, quando falamos de reforma da Previdência, dos interesses que estão por trás dessa reforma, é conseguir popularizar, considerando que os trabalhadores, principalmente os mais precarizados, estão no trabalho informal. Esses, ainda, nem sequer têm acesso à previdência. Quando denunciamos e ainda dizemos que onerar os servidores públicos como resposta para a Previdência, no âmbito dos estados é um tiro no pé ainda maior, é porque estamos falando de um Estado em crise, mas o que tira o Estado da crise é justamente uma economia funcionando, uma economia circulando. E a circulação de economia passa, sim, por esses servidores que estão no Estado e que têm salário em dia. São eles que movimentam inclusive a cidade em que eu moro. O dia em que os servidores recebem é o dia em que o comércio mais funciona, em que o comércio dá retorno para o próprio município. É difícil ainda denunciar essa retirada de direitos para os trabalhadores, e como isso impacta principalmente nos municípios. É um debate que esta Casa terá de travar se, por acaso, essa PEC paralela impuser aos estados a decisão sobre a reforma da Previdência dos servidores públicos estaduais.

Uma das únicas vitórias obtidas foi a não aprovação da redução do Benefício de Prestação Continuada. Quero ressaltar, presidente, deputados e aqueles que nos acompanham, que discutimos na Casa, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o quanto a redução do Benefício de Prestação Continuada ataca diretamente as mulheres chefes de família, que têm filhos deficientes, que precisam do benefício como único sustento da família. O quanto isso seria prejudicial para as mulheres, principalmente as mulheres negras.

Outra vitória foi a não admissão da pensão por morte inferior a um salário mínimo. É uma penalidade que também recai sobre o corpo das mulheres, mas é também um genocídio da população retirar hoje um benefício que atende as famílias, a pensão por morte, uma vez que o próprio Estado é o responsável pela maioria das mortes, hoje, das mortes violentas.

Vejam bem que esses dois pontos já foram direitos, e o que se conseguiu foi mantê-los. Não avançamos, mesmo com toda a luta e o debate contrário a esse modelo da reforma da Previdência. Portanto, o desastre que essa reforma vai causar não é pequeno, infelizmente. A Câmara e agora o Senado estão avaliando isso. Ainda assim é preciso manter a mobilização, é o que faremos com a atuação territorial. Esse projeto de emenda constitucional ainda vai a Plenário, no Senado, e somente a pressão popular poderá impedir essa catástrofe cada vez mais próxima. Fizemos, aqui na Assembleia, importantes discussões, audiências, falando dos efeitos nefastos de abandonar os nossos idosos, os mais velhos, especialmente as mulheres.

Destacamos a medida do déficit, porque a Previdência não é só mantida pela contribuição dos trabalhadores, há outras fontes e isso é pouco dito. Porém, em Brasília, um trator passa por cima de todo o debate e do clamor popular, porque os interesses daqueles, que estão lá, não são necessariamente os interesses do povo. Há muita empresa, muito lobista empresarial ditando as regras.

Então, quero dizer que a arma que nós temos é lutar. Vamos continuar denunciando, mas também apresentando alternativas, os debates que a gente tem feito – inclusive, procurando o governo do Estado – e alguns avanços da cultura devem aparecer nos próximos semestres. Porque o mais importante no processo político é o diálogo. Esse discurso raivoso, violento, para responder as demandas do povo em nada tem a ver com a política. Acredito no processo de diálogo e vou continuar dialogando com o governo do Estado, mas colocando de forma muito firme que o que eles chamam de reforma, tanto da Previdência como dos direitos trabalhistas é, sim, um fim de vários ganhos e direitos que a gente conquistou com muita luta, desde a ditadura até hoje.

Obrigada pelo espaço. Estamos nas ruas lutando sempre para que uma resposta popular venha a ter voz também nesta Casa. Obrigada.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/9/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria: exonerando Vânia Beatriz Caires Dias, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta; nomeando Telma Patrícia dos Santos, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 55/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 141/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC –, a sessão pública virtual fica adiada para as 15 horas do dia 11/9/2019.

Belo Horizonte, 9 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/6/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/8/2019, na pág. 18, nos resumos dos Requerimentos nºs 2.863, 2.864, 2.870 e 2.872/2019, na autoria, onde se lê:

“Alberto Pinto Coelho”, leia-se:

“Betinho Pinto Coelho”.

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/9/2019, na pág. 14, sob o título “Requerimentos Ordinários”, no resumo do Requerimento nº 640/2019, onde se lê:

“da deputada Leninha e outros”, leia-se:

“da deputada Leninha e do deputado Professor Cleiton e outros”.

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/9/2019, na pág. 15, sob o título “Despacho de Requerimentos”, onde se lê:

“Requerimento nº 2.653/2019 (Arquive-se o projeto.)”, leia-se:

“Requerimento nº 2.653/2019 (Arquive-se o requerimento).”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 574/2019

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/9/2019, na pág. 23, na conclusão, onde se lê:

“3 de agosto de 2019”, leia-se:

“3 de setembro de 2019”.